



Ensino de Tempo Integral: uma nova identidade da Escola Estadual Augustinópolis

Quitéria Costa de Alcântara Oliveira¹, Hédio da Silva Oliveira², Silvania Maria Oliveira da Silva³, Edna Alves da Silva³

¹Professora de Educação Básica – IFTO Araguatins. Espec. em Psicopedagogia e Orientação Educacional. e-mail: quiteria@ifto.edu.br

²Professor da rede Oficial Estadual de Ensino - TO. Bach. e Lic. em C. Biológicas - UFPI. e-mail: hediobio@yahoo.com.br

³Coord. Pedag. da E. E. Augustinópolis, em Augustinópolis - TO. Graduada em Pedagogia - UNITINS. e-mail: silvania303@hotmail.com

Resumo: Neste trabalho refletiu-se a qualidade da educação face ao novo contexto sociopolítico em que a escola de tempo integral é vista como centro das discussões e promessas de solução para os principais problemas da educação, seu referencial histórico-pedagógico e legislação pertinente. Para tanto, analisou-se a proposta de Ensino Integral ofertado pelo Estado do Tocantins, com base nas experiências vivenciadas na Escola Estadual Augustinópolis, em Augustinópolis - TO, contemplada com a implantação desse programa de ensino a partir do segundo semestre de 2011. A fundamentação da pesquisa baseou-se em documentos oficiais do Estado e da Instituição Escolar, observações da rotina escolar, relatos de experiências dos docentes, discentes e pais, bem como das discussões sobre políticas públicas convergentes com os diferentes tipos de saberes que as crianças e jovens precisam adquirir e vivenciar para a sua formação cidadã. Com implantação do regime integral a escola não recebeu nenhuma modificação na estrutura física e, passou a funcionar 9 horas e meia por dia, atendendo 622 alunos que antes eram distribuídos em dois turnos. Na tentativa de amenizar o problema foram feitas adaptações, transformando biblioteca, laboratório de informática, sala de xadrez e depósitos em salas de aula, reduziu-se a quantidade de alunos para 406 em 2012, porém, os índices de rendimento escolar baixaram. Entretanto, sabe-se que por ser um novo projeto, que está em fase de experimentação, poderá gradativamente ser reformulado para atender as necessidades dos alunos, visando a excelência. Espera-se, portanto, que esse trabalho sirva como referencial reflexivo para que outras instituições escolares possam planejar-se de forma antecipada para amenizar os impactos iniciais de funcionamento do ensino de tempo integral.

Palavras-chave: educação integral, qualidade, resultados

1. INTRODUÇÃO

O cenário educacional brasileiro atualmente vem debatendo a qualidade da educação pressionado pelos resultados das avaliações nacional que obrigam essa tomada de decisão pelos fracos resultados apresentados, reforçando especialmente a pressão nas escolas públicas para enfrentar e superar os problemas sócio-históricos herdados ao longo da história do País.

Nesse novo contexto, surge como uma possível solução, a implantação e implementação da Educação de Tempo Integral. A qual, na sua concepção mais tradicional considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na dimensão cognitiva, mas também na compreensão de um sujeito que além de corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Trata-se de uma resposta legítima, em termos educacionais, à proteção plena de crianças e adolescentes.

A educação integral no Brasil, como herdeira da corrente pedagógica escolanovista, tem como ponto forte de referência histórica os ideais de educação democrática propostos por Anísio Teixeira e de outros educadores que na primeira metade do século XX já viam a educação como oportunidade para uma vida melhor. Tais ideais resgatam a ideia de uma escola constituída por um conjunto de espaços onde as crianças podem se dedicar a “atividades de estudo, trabalho, recreação, reunião, administração, decisão, vida e de convívio no mais amplo sentido do termo” (TEIXEIRA, 1961:197).

A partir da década de 90 a temática se fortalece e ganha nova dimensão através da LDB 9.394/96 pautada pela flexibilidade quanto à organização do ensino público, onde prevê que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da



sociedade civil e nas manifestações culturais” (Art. 1º), além de citar no art. 34, parágrafo 2º e art. 87, parágrafo 5º, apontando o aumento progressivo da jornada escolar, cuja dimensão ressalta a valorização de ações educacionais para além do currículo padronizado e a necessária articulação entre escola e sociedade, imprescindível, para a conquista de mudanças sociais e políticas rumo à construção de um país mais democrático e justo.

Nesse sentido, a temática Educação integral foi abordada como política social de relevância nacional e numa conjuntura particular, pretende-se analisar a operacionalização do sistema de educação integral ofertado pelo Estado do Tocantins, tendo como referência as condições de funcionamento da escola de tempo integral de ensino fundamental (anos finais), Escola Estadual Augustinópolis, localizada na zona urbana do Município de Augustinópolis, extremo Norte do Estado do Tocantins, comparar os resultados obtidos pela mesma com a mudança de regime, considerando suas condições estruturais, os profissionais da U.E, o currículo básico e os recursos pedagógicos oferecidos.

Portanto, o interesse de pesquisar sobre a Escola de Tempo Integral enquanto programa adotado gradativamente pelo Estado do Tocantins foi refletir se essa proposta está atendendo as prerrogativas e suprimindo as reais necessidades dos educandos envolvidos no contexto, considerando o que diz Gonçalves (2006) “Só faz sentido pensar na ampliação de jornada escolar (...) se considerarmos uma concepção de educação integral com a perspectiva de que o horário expandido represente uma ampliação de oportunidades e situações que promovam aprendizagens significativas e emancipatórias”.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Considerando que o objeto dessa pesquisa é a Escola Estadual Augustinópolis, localizada no Município de Augustinópolis, Tocantins, no tocante à atuação no sistema de ensino integral, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, visto que tal visão bidimensional propiciou um contato direto com a situação investigada, a percepção das práticas e juízos de valores dos sujeitos do contexto, em contraposição aos documentos e indicadores levantados.

Na instrumentalização do trabalho realizado, utilizou-se como fonte de pesquisa, documentos oficiais da SEDUC-TO (Proposta de Implantação da Educação de Tempo Integral), da Instituição escolar (PPP e Prêmio Gestão), assim como, relatos de experiências colhidas in loco com docentes, discentes e pais sobre a realidade vivenciada.

Para implementar a metodologia da pesquisa foi necessário consultar acervos bibliográficos para melhor aprofundamento da temática em discussão, realizar análise documental nos arquivos da escola, bem como, observar a rotina da escola, especialmente o horário do almoço e as atividades do turno vespertino, colher depoimentos oral e escrito dos envolvidos (professores, pais e alunos) extraídos em reuniões de pais e mestres, reuniões pedagógicas e conversa informal com os alunos em sala de aula.

A escola em foco atende em 2012 um total de 406 alunos de baixa renda e outros de classe média baixa, sendo que em sua maioria vem de famílias carentes, com moradias precárias, muitos deles são oriundos da zona rural, possuem pais não alfabetizados e vivem em situação de risco; desses alunos, 124 são atendidos pelo Programa Social Pioneiro Mirim e 72 são habitantes de localidades mais distantes da escola (povoados circunvizinhos e assentamentos) que para se deslocarem até a Unidade utilizam o transporte escolar.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o foco desse artigo não é questionar a configuração da escola de tempo integral, mas refletir a sua aplicação na prática pedagógica, a rotina de funcionamento geral, o relacionamento entre os sujeitos envolvidos, considerando as variáveis tempo e espaço escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Estado do Tocantins, a concepção de educação em tempo integral surge em 1989 por meio da implantação do Programa Pioneiros Mirins nos 139 municípios do Estado, vinculado à Secretaria do Trabalho e Ação Social, com participação efetiva da Secretaria de Educação e Cultura,



proporcionava atividades de trabalhos manuais e reforço escolar, e realizavam palestras sobre cidadania, meio ambiente, sexualidade, arte e cultura.

Atualmente, o projeto está vinculado diretamente à Secretária de Educação do Estado, pautada na concepção de ensino e de aprendizagem sociointeracionista e na educação integral como um compromisso social. A Escola de Tempo Integral pretende ser uma instituição de qualidade em educação, para alunos da rede oficial de ensino, de forma a ajudar na definição dos seus projetos de vida, preparando-os para uma atuação crítico-reflexiva e desenvolvendo autonomia para intervir na realidade social, de forma comprometida, respeitável e construtiva. (**Proposta de Educ. Integral do Estado do Tocantins-2011**).

A Escola Estadual Augustinópolis desenvolve suas atividades pedagógicas com uma equipe de 52 profissionais, sendo: 24 docentes e 28 não-docentes, distribuídos nas funções de direção, coordenação pedagógica, orientação educacional, secretário escolar, coordenação financeira, bibliotecários, assistentes administrativos, merendeiras, zeladores e vigias.

Quanto à estrutura física, a mesma apresenta uma área total de 7.826,00 m², sendo desta, construída apenas 2.080,39 m², a qual consta as seguintes dependências: 08 salas de aula de 52 m² cada, 01 sala de xadrez, 01 sala de professores, 01 secretaria, 01 coordenação pedagógica, 01 diretoria, 01 biblioteca, 01 laboratório de informática (desativado), 02 banheiros para os servidores, 04 banheiros para os alunos e 01 quadra de esporte (sem cobertura).

O projeto de Escola de Tempo Integral foi implantado nessa U.E no 2º semestre de 2011 com bastante apreensão dos funcionários. Os transtornos gerados por essa mudança foram de diversas ordens, pois além de administrar a dificuldade do espaço físico, precisava-se distribuir os funcionários existentes em funções de apoio para suprir as necessidades do momento. Também, houve alteração na matriz curricular, onde foram acrescentadas mais 11 disciplinas da parte diversificada que precisavam de profissionais habilitados, recursos pedagógicos diversificados para atender de forma lúdica a especificidade das novas disciplinas.

Desde o início de funcionamento do regime integral a escola não recebeu nenhuma modificação na estrutura física, sendo portanto, obrigada a funcionar 9 horas e meia por dia, atendendo simultaneamente um total de 622 alunos que antes eram distribuídos em dois turnos. Para amenizar a problemática foram feitas adaptações, transformando biblioteca, laboratório de informática, sala de xadrez e depósitos em salas de aula.

Considerando que a pesquisa foi desenvolvida a partir da mudança de sistema até o final do primeiro semestre/2012, na qual a equipe de pesquisadores participou diretamente do processo, ora como observador, ou agente articulador das mudanças implementadas percebeu-se que o funcionamento geral da escola foi muito conturbado, pois as disciplinas diversificadas como: xadrez, dança, música, artes marciais e artes cênicas funcionavam em salas específicas, com isso, a cada troca de aula, professores e alunos precisavam mudar de sala, atrasando o início da aula seguinte; os horários de lanche e almoço ficavam comprometidos pela grande quantidade de alunos em fila reclamando da demora para ser atendidos, devido o número insuficiente de merendeiras para o preparo dos alimentos em tempo hábil, assim como, a falta de um refeitório adequado para atender a demanda.

Durante a pesquisa na escola foi possível participar também de reuniões pedagógicas e de pais e mestres ocorridas entre os dois semestres pesquisados. Com base nessa problemática percebeu-se a insatisfação dos alunos, professores e demais funcionários diante da realidade de salas quentes e superlotadas, falta de uma matriz curricular atualizada para nortear o planejamento dos professores das disciplinas diversificadas, de formação continuada para os professores e de espaços físicos adequados para os alunos descansarem depois do almoço.

Com relação ao parecer dos pais ouvidos em reunião, foi surpreendente e gratificante o apoio recebido dos mesmos, pois apesar das inúmeras reclamações dos filhos e das dificuldades apresentadas, faltando às vezes até recursos para aquisição de lanche e almoço, eles sempre se posicionaram favoráveis à escola de ensino integral.

De acordo com depoimentos de 10 professores que permaneciam o dia todo na escola, o aproveitamento dos alunos que assistiam aulas do núcleo comum no turno vespertino se tornou bastante negativo, e que segundo eles, justifica-se na falta de um local de descanso no período do



almoço, deixando os alunos agitados e nervosos, prejudicando assim, o seu desenvolvimento cognitivo. Além disso, a coordenação pedagógica embasada nos registros de ocorrência, declarou que houve um relevante aumento do número de alunos queixando-se de dor de cabeça no período da tarde.

Diante de tantos obstáculos os índices de rendimento dos alunos no ano letivo de 2011 sofreram uma queda em relação ao ano de 2010, conforme indicadores das tabelas 1 e 2, que foi motivo de preocupação por parte de toda a comunidade escolar.

Tabela 1. Índice de aprovação, reprovação e abandono na Escola Estadual Augustinópolis no ano de 2011.

Série/ano	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
6º	83,06	13,71	3,23
7º	86,47	9,02	4,51
8º	77,12	12,71	10,17
9º	80,16	9,92	9,92
Geral	81,82	11,26	6,92

Tabela 2. Índice de aprovação, reprovação e abandono na Escola Estadual Augustinópolis no ano de 2010.

Série/ano	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
6º	92,96	4,22	2,82
7º	93,43	5,11	1,46
8º	86,62	8,92	4,46
9º	87,79	12,21	-
Geral	90,12	7,58	2,30

No início do ano letivo de 2012 mudanças significativas foram feitas, uma delas, foi a redução do quantitativo de alunos de 622 para 406, sendo possível uma melhor organização das salas de aula. Os setores que no ano anterior foram improvisados como sala de aula voltaram às finalidades de origem, os horários estabelecidos para servir lanche e almoço foram menos sacrificados, pois passou a atender um número menor de alunos, assim como, os servidores estão gradativamente adequando-se a horários e rotinas diferentes para atenderem a demanda da nova realidade escolar.

Com relação ao processo pedagógico, o planejamento dos professores é realizado coletivamente por área, visando assim, um trabalho coeso, o que a unidade vem concretizando com sucesso, à guisa de exemplo: a área das Ciências da Natureza na segunda-feira, Ciências Humanas na terça-feira e Línguas e Códigos na sexta-feira, o que promove um trabalho mais coletivo e em sintonia, facilitando a produção em equipe e o compartilhamento das ideias, tarefas e experiências.

Quanto à postura dos discentes percebe-se claramente nesse ano letivo que houve acentuada mudança de comportamento, relacionadas ao tratamento com os professores, colegas de sala e



servidores em geral. Também já começam a se articular entre si para organizar eventos comemorativos, seminários e gincanas, comprovando a capacidade de liderança e autonomia tão necessárias na formação humana.

Assim, com relação aos aspectos político-pedagógicos e sociais dos objetivos da proposta, os mesmos já denotam uma gradativa melhoria, todavia com relação ao desenvolvimento cognitivo, os índices de aprendizagem ainda estão negativos, conforme evidencia a tabela 3.

Tabela 3. Índice de aprovação, reprovação e abandono na Escola Estadual Augustinópolis no 1º semestre de 2012.

Série/ano	Aprovação (%)	Reprovação (%)	Abandono (%)
6º	59,60	40,40	*
7º	56,47	43,53	*
8º	57,84	42,16	*
9º	49,32	50,68	*
Geral	56,27	43,73	*

*Nenhum aluno ainda foi considerado evadido, por isso, não foi calculado o percentual de abandono

6. CONCLUSÕES

A proposição da escola de tempo integral do Estado do Tocantins (2011) é ofertar uma educação diferenciada que possa ser capaz de fortalecer os laços de solidariedade e união, de instrumentalizar o educando com o domínio do conhecimento científico de forma que esse seja um cidadão que atue com autonomia e consciência coletiva, bem como de garantir-lhe uma preparação universal e específica que ofereça condições para a continuidade dos estudos. Além disso, será proporcionado o contato com o mundo das artes, da cultura, do esporte e do lazer, conforme prevê o Plano Nacional de Educação¹.

Entretanto, tal teoria ainda não está contemplada em sua totalidade, pois a extensão do horário escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial (Cavaliere, 2002), provocando muitas vezes, frustrações nos profissionais, discentes e comunidade que almeja por uma educação de qualidade imediata. Conseqüentemente, a mudança de sistema que aconteceu na Escola Estadual Augustinópolis trouxe pontos positivos e negativos, visto que os sujeitos envolvidos precisaram se adequar sem planejamento a uma nova realidade, porém gradativamente foram amadurecendo e certamente irão “aprender juntos a vencer os obstáculos e buscar alternativas satisfatórias ao crescimento coletivo” (pensamento dos docentes pesquisadores).

Sabe-se, contudo, que este é um novo projeto e ainda está em fase de experimentação. Entende-se que é através do debate e da análise, tanto por parte da escola (envolvendo toda sua comunidade interna), quanto por parte da família, que o mesmo poderá ser reformulado e atender cada vez mais as necessidades dos alunos, visando a excelência que só virá através da prática e da coragem de participar ativamente das propostas de mudança.

Espera-se portanto, que esse trabalho sirva como referencial reflexivo para que outras instituições escolares possam planejar-se de forma antecipada para amenizar os impactos iniciais de funcionamento do ensino de tempo integral.

1 Plano Nacional de Educação – Art. 21º e 22º p. 45



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?** Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, no. 81, p. 247-270, dez. 2002.

MAURÍCIO, V. M. Literatura e representações da escola pública de horário integral, *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 27, p. 40-56, dez. 2004.

GONÇALVES, Antônio Sérgio. **Reflexões sobre Educação de Tempo Integral e Escola de Tempo Integral**. Caderno Cenpec nº 2 – Educação Integral – 2º semestre 2006.

TEIXEIRA, Anísio. Centro Educacional Carneiro Ribeiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 31, n. 73, p. 78-84, jan./mar. 1959.

TOCANTINS. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Proposta de Implantação da Educação de Tempo Integral no Estado do Tocantins** (2011).